ÁREA TEMÁTICA: (marque uma das opções)

( ) COMUNICAÇÃO
( ) CULTURA
( ) DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
(X) EDUCAÇÃO
( ) MEIO AMBIENTE
( ) SAÚDE
( ) TRABALHO
( ) TECNOLOGIA

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA EM COMUNIDADES BI/MULTILÍNGUES

Elis Regina Hardt[1]
Yara Fernanda Novatzki[2]
Letícia Fraga[3]
Sara Borcezi[4]

RESUMO – No que diz respeito à educação enquanto elemento que deve promover o desenvolvimento da democracia e da cidadania, algumas questões se fazem muito importantes e urgentes para a sociedade brasileira. Dentre essas está a necessidade de conhecer e valorizar as características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais presentes no país, de forma a possibilitar que alunos e professores percebam o Brasil como um país complexo e multifacetado. No Brasil, segundo Cavalcanti (1999, p. 2), podem-se observar os seguintes contextos bi/multilíngues: a) o das comunidades indígenas; b) o das comunidades imigrantes; c) o das comunidades de brasileiros descendentes de imigrantes e de brasileiros não-descendentes de imigrantes em regiões de fronteira. Em todo o estado do Paraná, observam-se esses três contextos de bi/multilinguismo. Nesse sentido, propomos, por meio deste projeto, a partir da investigação da condição linguística do estado do Paraná, a realização de um trabalho de formação continuada com os professores de língua de algumas comunidades bi/multilíngues do estado, considerando a situação sociolinguística dessas escolas, públicas e privadas, especialmente no que diz respeito à (não) elaboração e/ou (não) aplicação de políticas linguísticas adequadas ao contexto a que elas se referem. Como resultados parciais, uma vez que o trabalho está em andamento, podemos apontar que: a) grande parte dos professores que atuam em contextos linguisticamente complexos não conhecem os documentos oficiais que orientam sua atuação ou não conhecem as limitações desses documentos; b) os professores não conhecem os planos político-pedagógicos da sua escola ou não reconhecem a importância de o PPP considerar a complexidade linguístico-cultural do(s) contexto(s) a que se refere; c) a escola não possui material didático de apoio específico ou este não é utilizado/não é suficiente; d) não há uma discussão sobre quais políticas linguísticas específicas seriam mais adequadas à(s) realidade(s) da(s) comunidade(s) na(s) qual(is) a escola está inserida.

PALAVRAS CHAVE – políticas linguísticas; formação de professores de língua; comunidades bi/multilíngues do Paraná.

Introdução

[1] Graduanda em Letras Português/Espanhol, bolsista BEC (Políticas Afirmativas da Fundação Araucária), elishardt8@gmail.com
[2] Graduanda em Letras Português/Inglês, bolsista BEC (Políticas Afirmativas da Fundação Araucária), yarafernandan@hotmail.com
[3] Doutorado em Linguística. Professora pesquisadora e extensionista da UEPG, leticiafraga@gmail.com
[4] Graduando em Letras Português/Espanhol, bolsista PROEX (Universidade Estadual de Ponta Grossa), nicolas_borcezi@hotmail.com

No Brasil, historicamente as políticas linguísticas voltadas às comunidades de línguas minoritárias alternaram "momentos de indiferença e de imposição severa de medidas prescritivas e proscritivas" (CAVALCANTI, 1999, p. 4). No século XVIII, por exemplo, o Marquês de Pombal, através do *Diretório dos Índios* (1758), estabeleceu que a única língua que podia ser falada era o português. Já os imigrantes – que chegaram ao extremo sul a partir do séc. XIX – foram as principais vítimas da política de nacionalização do ensino implementada a partir de 1938, pelo governo do Estado Novo, de Getúlio Vargas, que fechou escolas e proibiu o uso das línguas dos imigrantes, principalmente alemão e italiano.

Enfim, a língua portuguesa substituiu as outras línguas que eram faladas no país por força de lei e também "de mecanismos sociais que ganharam força com a evolução dos meios de comunicação de massa, o processo acentuado de urbanização e, consequentemente, a penetração maior do português através de elementos exógenos" (CAVALCANTI, 1999, p. 6). É possível dizer que o trabalho no âmbito das políticas linguísticas em defesa da educação bilíngue e dos direitos linguísticos das comunidades indígenas promoveu avanços (ALTENHOFEN, 2004, p. 85), porém ainda há muito que se fazer, além de ser necessário que essa perspectiva se amplie para o campo das línguas de imigrantes presentes no país, especialmente no estado do Paraná, "as quais sequer são mencionadas na legislação vigente, apesar da sua representatividade em amplas áreas do sul do Brasil" (ALTENHOFEN, 2004, p. 85). Desse modo, a proposta deste projeto é, a partir da realização de um levantamento do que se tem feito (e do que ainda há por fazer) em termos de políticas linguísticas na região dos Campos Gerais no que diz respeito às línguas minoritárias aqui presentes, promover atividades de formação continuada de professores de língua que atuam em escolas que pertencem a comunidades bi/multilíngues no estado do Paraná.

Objetivos

Pelas razões expostas acima que é propusemos esse projeto de extensão, cujo objetivo principal é investigar a condição linguística do estado do Paraná, para realizar um trabalho de formação continuada com os professores de língua de algumas comunidades bi/multilíngues do estado, considerando a situação sociolinguística dessas escolas, públicas e privadas, especialmente no que diz respeito à (não) elaboração e/ou (não) aplicação de políticas linguísticas adequadas ao contexto a que elas se referem.

De modo mais específico, o trabalho com formação continuada desses professores que trabalham em contextos bi/multilíngues envolve também as seguintes ações:

a) realizar reuniões para debater os documentos oficiais (PCN, DCE, RCNEI);

b) realizar reuniões para debater o Plano Político-Pedagógico da escola, com vistas à sistematização de sugestões de alteração, se for o caso;

c) elaborar material didático específico;

d) elaborar e sistematizar de propostas de políticas linguísticas específicas para a comunidade (como a implantação do trabalho em língua com/em língua diferente da língua portuguesa) etc.

Metodologia

O projeto reúne diversas metodologias e instrumentos metodológicos. Para a análise dos documentos oficiais (PCN, DCE, projetos políticos pedagógicos das escolas etc.) utilizamos a **metodologia qualitativa**, já que:

> [...] Ao contrário dos métodos quantitativos, os investigadores trabalham através destes métodos, com a subjetividade, com as possibilidades quase infinitas de exploração que a riqueza dos detalhes pode proporcionar. Este tipo de investigação contempla uma visão holística, na medida em que as situações e os indivíduos são vistos como um todo e estudados numa base histórica. Os métodos qualitativos empregam, na sua generalidade, procedimentos interpretativos, não experimentais, com valorização dos pressupostos relativistas e a representação verbal dos dados (privilegia a análise de caso ou conteúdo), por contraposição à representação numérica,

> à análise estatística, à abordagem positivista, confirmatória e experimental proporcionada pelos métodos quantitativos (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 7).

Já para as observações de prática docente adotamos o método etnográfico, pois desta forma é possível levantar todos os dados possíveis de uma comunidade, no sentido de investigar um determinado grupo e sua cultura específica. Segundo Arnould e Wallendorf (1994), o método etnográfico caracteriza-se pela prática de:

- Coleta de dados e registro das ações no seu local natural (ou seja, onde acontecem na realidade e não em laboratórios ou em situações superficiais);
- Participação do investigador em um contexto cultural específico;
- Incorporação de múltiplas fontes de dados, entre as quais se encontram a observação (que pode ser participante ou não participante) e a entrevista (não estruturada ou estruturada).

O método etnográfico requer que o investigador penetre no universo cultural de um grupo étnico específico e desvende sua história, seus significados e suas respectivas inter-relações, guiado basicamente pelas informações aí obtidas. Portanto:

Enfim, a realização de encontros de discussão (alguns dos quais já ocorridos), a elaboração de material didático específico e a sistematização de sugestões de políticas linguísticas adequadas ao contexto das comunidades (ainda não realizado) partem do princípio de que se deve considerar que:

> A troca entre os saberes acadêmico e popular [possibilita] a efetivação de uma política extensionista mais comprometida com as necessidades vivenciadas pela população, possibilitando, assim, que o ensino e a pesquisa desenvolvidos na universidade estivessem mais integrados com a realidade social (TAVARES, 1997, p. 63).

As escolas selecionadas para o trabalho de formação continuada de professores foram as seguintes: Escolas indígenas Yvy Porã (da Terra Indígena de Pinhalzinho, etnia Guarani) e Kokojty Han (da Terra Indígena de Mangueirinha, etnia Kaingang) e escola Imperatriz Dona Leopoldina de Entre Rios (Guarapuava).

Resultados

Como resultados parciais, uma vez que o trabalho está em andamento, podemos apontar que: a) grande parte dos professores que atuam em contextos linguisticamente complexos não conhecem os documentos oficiais que orientam sua atuação ou não conhecem as limitações desses documentos; b) os professores não conhecem os planos político-pedagógicos da sua escola ou não reconhecem a importância de o PPP considerar a complexidade linguístico-cultural do(s) contexto(s) a que se refere; c) a escola não possui material didático de apoio específico ou este não é utilizado/não é suficiente; d) não há uma discussão sobre quais políticas linguísticas específicas seriam mais adequadas à(s) realidade(s) da(s) comunidade(s) na(s) qual(is) a escola está inserida.

Conclusões

No que diz respeito à educação enquanto elemento que deve promover o desenvolvimento da democracia e da cidadania, algumas questões se fazem muito importantes e urgentes para a sociedade brasileira. Dentre essas está a necessidade de conhecer e valorizar as características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais presentes no país, de forma a possibilitar que alunos e professores percebam o Brasil como um país complexo e multifacetado. No Brasil, segundo Cavalcanti (1999, p. 2), podem-se observar os seguintes contextos bilíngues/plurilíngues: a) o das comunidades indígenas; b) o das comunidades imigrantes (alemãs, italianas, japonesas, polonesas, ucranianas etc.); c) o das comunidades de brasileiros descendentes de imigrantes e de brasileiros não-descendentes de imigrantes em regiões de fronteira, em sua grande maioria, com países hispanofalantes. Em toda a extensão do estado do Paraná, observam-se esses três contextos de

bilinguismo e plurilinguismo. Segundo dados oficiais do governo paranaense (2006), no estado estão presentes as etnias indígenas Kaingang e Guarani e as comunidades de imigrantes alemãs, árabes, espanholas, holandesas, italianas, japonesas, polonesas e ucranianas. Assim, é evidente que a situação plurilíngue do estado exige maior atenção governamental, para que se proponha uma educação mais adequada, que leve em consideração os direitos linguísticos de cada comunidade. Foi por essa razão que consideramos a necessidade de propor a investigação da condição linguística de algumas comunidades do estado do Paraná, para que posteriormente pudéssemos encaminhar um trabalho de formação continuada com os professores de língua das escolas dessas comunidades sociolinguisticamente complexas, especialmente no que diz respeito à (não) elaboração e/ou (não) aplicação de políticas linguísticas adequadas ao contexto a que elas se referem. Os resultados encontrados até agora sugerem que a discussão sobre políticas linguísticas é imprescindível na formação continuada dos professores de língua.

Referências

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. **Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil**. Revista Internacional de Linguística Iberoamericana, Frankfurt a.M., v. 3, p. 83-93, 2004. Disponível em: http://www.iberoamericanalibros.com/files/ejemplo_por.pdf. Acesso em: 20 Mar 2007.

ARNOULD, Eric J.; WALLENDORF, Melanie. Market-oriented ethnography: interpretation building and marketing strategy formulation. **Journal of Marketing Research**, v. 31, n. 4, p. 484-504, Nov. 1994.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo, Parábola Editorial, IPOL, 2007.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

CAVALCANTI, Marilda C. Studies on bilingual education and schooling in Brazilian contexts of linguistic minorities. **DELTA**, São Paulo, v. 15, n. spe, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000300015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 Mar 2007.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Rio de Janeiro: Forproex, 2001. Disponível em: < http//www.renex.org.br >.

GREEN, J. L.; DIXON, C. N.; ZAHARLICK, A. A Etnografia como uma lógica de investigação. Trad. Adail Sebastião Rodrigues Júnior e Maria Lúcia Castanheira. Revisão técnica de Marcos Bagno. **Educação em Revista**, v. 42, p.13-79, 2005.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. “Brasileiro fala português: monolinguismo e preconceito linguístico”. In: SILVA, Fábio L. da; MOURA, Heronides M. de M. (eds.). **O direito à fala: a questão do preconceito linguístico**. Florianópolis: Insular, 2000, p. 83-92

PAIVA, Vanilda. Extensão Universitária no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, INEP. v. 67, n. 155, p. 135-151, jan./abr. 1986.

RAJAGOPALAN, K. Política linguística e a política da linguística. In: SIMÕES, D.; HENRIQUES, C. C. (Org.). **Língua Portuguesa, Educação & Mudança**. Rio de Janeiro, Ed. Europa, 2008.

RODRIGUES JÚNIOR, Adail Sebastião. Etnografia e ensino de línguas estrangeiras**. Linguagem & Ensino**, v. 10, n. 2, p. 527-552, jul./dez.2007.

SOUZA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Extensão universitária: novo paradigma da universidade?** Maceió: EDUFAL, 1997.